Classe Única do Root Capital High Yield T360 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
CNPJ nº 55.497.707/0001-47

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 30 de Junho de 2026 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e à Administradora da
Classe Única do Root Capital High Yield T360 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
(Administrada pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Classe Única do Root Capital High Yield T360 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Classe"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, da evolução do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 30 de junho de 2026, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Classe Única do Root Capital High Yield T360 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo em 30 de junho de 2026, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Classe, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Custódia e mensuração dos títulos privados

Em 30 de junho de 2026, a Classe detinha investimentos em títulos privados, no montante de R$80.844 mil, correspondentes a 34,45% de seu patrimônio líquido representados por Debêntures, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio , Notas Comerciais, Certificado de Recebíveis Imobiliários e Certificado de Recebíveis do Agronegócio, que são registrados e custodiados pela Brasil, Bolsa, Balcão – B3 e mensurados pela Administradora com base na metodologia descrita na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras. Considerando às operações da Classe e a relevância dos saldos destes investimentos, determinamos a custódia e mensuração dos títulos privados como área de foco em nossa auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) obtenção da carteira gerencial da Classe e confronto com os seus respectivos registros contábeis; (ii) teste de existência realizado por meio do confronto da posição registrada na carteira da Classe, em 30 de junho de 2026, com os respectivos contratos e informações emitidas pelo custodiante; (iii) teste da mensuração dos títulos privados da carteira em 30 de junho de 2026, por meio do recálculo do valor dos referidos ativos, com o suporte de nossos especialistas internos em precificação de instrumentos financeiros e avaliação da razoabilidade da metodologia utilizada e as principais premissas adotadas pela Administradora; (iv) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras da Classe.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis o registro e mensuração dos investimentos em títulos privados detidos pela Classe, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Custódia e mensuração de cotas de classes de investimentos em direitos creditórios

Em 30 de junho de 2026, a Classe mantinha investimento em ativos financeiros representados por cotas de classes de investimentos (“Classes Investidas”) no montante de R$106.393 mil, correspondentes a 45,33% do seu patrimônio líquido. Cabe a Administradora da Classe conduzir processos de controles internos para garantir a custódia desses ativos financeiros mantidos em sua carteira, assim como sua adequada mensuração. Em conexão às operações da Classe e à materialidade dos saldos de seus investimentos, consideramos a custódia e mensuração destes ativos financeiros da Classe como área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção da carteira gerencial da Classe e comparação com os seus respectivos registros contábeis; (ii) confronto da carteira gerencial detalhada da Classe em 30 de junho de 2026 com os relatórios emitidos pelas instituições custodiantes; (iii) leitura das últimas demonstrações financeiras auditadas disponíveis das Classes Investidas com o objetivo de identificar assuntos significativos que possam afetar as demonstrações financeiras da Classe; (iv) análise de informações e perfil de risco dos ativos que compõem a carteira das Classes Investidas; (v) recálculo da valorização das aplicações nas Classes Investidas, com base nos valores de cotas divulgadas pelos seus respectivos administradores e; (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras da Classe.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis a custódia e mensuração das cotas de classe de investimento em direitos creditórios, no contexto das demonstrações financeiras da Classe tomadas em conjunto.

Existência e mensuração de operações compromissadas

Em 30 de junho de 2026, a Classe detinha o montante de R$49.408 mil, correspondentes a 21,05% de seu patrimônio líquido, em investidos em operações compromissadas avaliadas pelos respectivos indexadores contratados, e que são registradas e custodiadas pela SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia. Em conexão com as operações da Classe e a materialidade dos saldos envolvidos, consideramos a existência e mensuração das operações compromissadas como áreas de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) teste de verificação de existência realizado por meio do confronto das posições em aberto na carteira da Classe, em 30 de junho de 2026, com as informações disponibilizadas pelo custodiante; (ii) teste de valorização dos ativos financeiros em aberto na carteira do Fundo, em 30 de junho de 2026, por meio do recálculo do valor atualizado com base nos indexadores contratados.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis os registros de existência e mensuração das operações compromissadas, no contexto das demonstrações financeiras da Classe tomadas como um todo.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Classe referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2025, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria datado de 29 de setembro de 2025, sem modificação.

Responsabilidades da Administradora da Classe pelas demonstrações financeiras

A Administradora da Classe é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora da Classe é responsável pela avaliação da capacidade da Classe continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora da Classe pretenda liquidar a Classe ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas tomadas pelos usuários com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Classe.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Classe. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Classe a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Comunicamo-nos com a Administradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administradora, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de setembro de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

221502

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Classe Única do Root Capital High Yield T360 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
CNPJ nº 55.497.707/0001-47

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ nº 59.281.253/0001-23)
Demonstração das posições financeiras em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2026	% sobre o Patrimônio Líquido	2025	% sobre o Patrimônio Líquido
Ativos financeiras de liquidez		**49.408**	**21,05%**	**8.210**	**7,61%**
Aplicações em operações compromissadas		**49.408**	**21,05%**	**8.210**	**7,61%**
Notas do Tesouro Nacional	**4**	49.408	21,05%	-	0,00%
Letras do Tesouro Nacional	**4**	-	0,00%	8.210	7,61%
Direitos creditórios		**187.237**	**79,78%**	**100.457**	**93,15%**
Títulos e direitos de crédito com aquisição substancial de riscos e benefícios		**187.237**	**79,78%**	**100.457**	**93,15%**
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	**5**	106.393	45,33%	68.837	63,83%
Debêntures	**5**	51.558	21,97%	23.522	21,81%
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	**5**	12.676	5,40%	8.030	7,45%
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	**5**	69	0,03%	68	0,06%
Certificados de Recebíveis Imobiliários	**5**	5.633	2,40%	-	0,00%
Notas Comerciais	**5**	10.908	4,65%	-	0,00%
Valores a receber		**27**	**0,01%**	**18**	**0,02%**
Despesas antecipadas		27	0,01%	18	0,02%
Total do ativo		**236.672**	**100,84%**	**108.685**	**100,78%**

Passivo	Nota	2026	% sobre o Patrimônio Líquido	2025	% sobre o Patrimônio Líquido
Credores diversos		**1.975**	**0,84%**	**841**	**0,78%**
Taxa de administração e gestão	**11**	326	0,14%	141	0,13%
Taxa de performance	**11**	1.107	0,47%	699	0,65%
Taxa de distribuição	**11**	6	0,00%	1	0,00%
Consultoria e auditoria		38	0,02%	-	0,00%
Cotas a emitir	**9**	498	0,21%	-	0,00%
Total do passivo		**1.975**	**0,84%**	**841**	**0,78%**
Patrimônio líquido					
Cotas integralizadas		192.295	81,93%	96.165	89,17%
Lucros acumulados		42.402	18,07%	11.679	10,83%
Total do patrimônio líquido		**234.697**	**100,00%**	**107.844**	**100,00%**
Total do passivo e patrimônio líquido		**236.672**	**100,84%**	**108.685**	**100,78%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Classe Única do Root Capital High Yield T360 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
CNPJ nº 55.497.707/0001-47

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ nº 59.281.253/0001-23)
Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	2026	2025
Resultado com operações compromissadas			
Letras Financeiras do Tesouro	**4**	812	159
Letras do Tesouro Nacional	**4**	826	192
Notas do Tesouro Nacional	**4**	2.302	488
		3.940	**839**
Resultado com títulos e direitos de crédito com aquisição substancial de riscos e benefícios			
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	**5**	21.983	8.980
Debêntures	**5**	6.250	2.915
Certificado de Crédito de Agronegócio	**5**	2.199	988
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	**5**	19	3
Letras Financeiras	**5**	-	25
Certificado de Recebíveis Imobiliários	**5**	282	17
Notas Comerciais	**5**	1.039	-
		31.772	**12.928**
Despesas de taxa de administração/gestão/performance			
Taxa de administração e gestão	**11/13**	(2.803)	(1.118)
Taxa de performance	**11/13**	(2.025)	(976)
		(4.828)	**(2.094)**
Despesas operacionais			
Taxa de custódia	**13**	(18)	(11)
Taxa de fiscalização – CVM	**13**	(22)	(3)
Distribuição	**13**	(46)	(5)
Consultoria e auditoria	**13**	(76)	-
Outras despesas	**13**	-	(11)
		(162)	**(30)**
Resultado do exercício		**30.722**	**11.643**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Classe Única do Root Capital High Yield T360 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
CNPJ nº 55.497.707/0001-47

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ nº 59.281.253/0001-23)
Demonstração das evoluções do patrimônio líquido dos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2026	2025
Patrimônio líquido no início do exercício			
Total de 91.008.218,7385 cotas a R$ 1,1850		107.844	
Total de 31.071.346,1724 cotas a R$ 1,0016			31.122
Cotas emitidas			
79.200.755,1282 cotas	**9**	103.936	
59.936.872,5661 cotas	**9**		65.079
Cotas resgatadas			
5.641.805,7966 cotas	**9**	(7.806)	
Patrimônio líquido antes do resultado		**203.974**	**96.201**
Resultado do exercício		**30.722**	**11.643**
Patrimônio líquido no final do exercício/período		**234.697**	**107.844**
Total de 164.567.168,0702 cotas a R$ 1,4261		234.697	
Total de 91.008.218,7385 cotas a R$ 1,1850			107.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Classe Única do Root Capital High Yield T360 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
CNPJ nº 55.497.707/0001-47

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ nº 59.281.253/0001-23)
Demonstração dos fluxos de caixa (método direto) dos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Pagamento de taxa de administração e gestão	(2.618)	(984)
Pagamento de taxa de performance	(1.617)	(277)
Pagamento de despesas com consultoria e auditoria	(38)	-
Pagamento de distribuição	(41)	(5)
Pagamento de taxa de custódia	(19)	(11)
Pagamento de taxa de fiscalização da CVM	(30)	(21)
Outros pagamentos operacionais	-	(10)
Aplicações em debêntures	(36.880)	(38.169)
Resgates e recebimentos de debêntures	15.094	19.068
Aquisição de certificado de recebíveis de agronegócio	(16.747)	(7.998)
Venda de certificado de recebíveis de agronegócio	14.300	3.461
Aquisição de certificado de direitos creditórios do agronegócio	-	(65)
Recebimento de certificado de direitos creditórios do agronegócio	18	-
Aplicações de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	(41.253)	(63.572)
Resgates e amortizações de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	25.680	10.123
Aquisição de letras financeiras	-	(1.500)
Venda de letras financeiras	-	1.525
Aquisição de certificado de recebíveis de imobiliários	(5.612)	(716)
Venda de certificado de recebíveis de imobiliários	262	733
Aquisição de notas comerciais	(15.079)	-
Recebimento de notas comerciais	5.210	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**(59.370)**	**(78.418)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Cotas integralizadas	104.434	65.079
Cotas resgatadas	(7.806)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**96.628**	**65.079**
Rendimentos com operações compromissadas (caixa e equivalentes de caixa)	**3.940**	**839**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**41.198**	**(12.500)**
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício	**8.210**	**20.710**
Caixa e equivalentes de caixa - fim do exercício	**49.408**	**8.210**
Reconciliação do resultado do exercício com o caixa líquido das atividades operacionais		
Resultado dos exercícios	**30.722**	**11.643**
Rendimentos com operações compromissadas	(3.940)	(839)
Variações patrimoniais		
Variações de contas ativas relacionadas com despesas	(9)	-
Variações de contas passivas relacionadas com despesas	(86.143)	(89.222)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(59.370)**	**(78.418)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Classe Única do Root Capital High Yield T360 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
CNPJ nº 55.497.707/0001-47
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ nº 59.281.253/0001-23)
Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Root Capital High Yield T360 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios possui uma classe única de cotas, denominada Classe Única do Root Capital High Yield T360 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Classe"). A Classe foi constituída em 10 de junho de 2024, sob a forma de condomínio aberto e iniciou suas operações em 24 de junho do mesmo ano. A Classe possui prazo de duração indeterminado, exceto se de outra forma vier a ser deliberado pelos Cotistas reunidos em Assembleia Especial de Cotistas.

A gestão da carteira da Classe é realizada pela Root Capital Gestão de Recursos Ltda. ("Gestora") e a administração pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Administradora").

A Classe destina-se especificamente a receber investimentos de titularidade de Investidores Profissionais, nos termos da regulamentação vigente.

O objetivo da Classe é proporcionar aos seus Cotistas a valorização de suas Cotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade; e (ii) Ativos Financeiros de Liquidez, observados todos os limites de composição e diversificação da Carteira da Classe estabelecidos no Regulamento e na regulamentação aplicável.

As aplicações realizadas na Classe não contam com garantia da Administradora, do custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos ("FGC"). Não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos da Classe estão, por sua natureza, sujeitos às flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e para os cotistas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios que foram definidas pela Instrução n° 489, de 14 de janeiro de 2011 e pelo Anexo Normativo II da Resolução nº 175, de 23 de dezembro de 2022 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos integrantes da carteira da Classe. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A moeda funcional da Classe é o Real, a mesma moeda de preparação das demonstrações financeiras

Aprovação das demonstrações financeiras

Em 25 de setembro de 2026, as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administradora da Classe.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa a Classe utiliza o método direto.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, além de serem mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Classe.

d) Operações compromissadas

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

e) Cotas de fundos de investimento

As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente com base no valor da cota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em “Resultado com cotas de fundos de investimento” na demonstração do resultado.

f) Direitos creditórios

Os direitos creditórios são inicialmente registrados pelo valor de aquisição e posteriormente, são avaliados pelo valor de mercado, considerando dois parâmetros principais: a curva de referência do indexador do papel e o spread de crédito. O spread de crédito é determinado com base na média das aquisições realizadas no dia e na curva de referência, sendo que qualquer alteração nesse spread deve ser aprovada em deliberação pelo Comitê de Precificação.

A metodologia de precificação leva em consideração diversos fatores, como a liquidez do ativo, negociações no mercado primário e secundário, além do risco associado ao emissor. Esses critérios são aplicáveis a todos os ativos submetidos à análise do Comitê.

O Comitê é composto por equipes de diferentes áreas, como risco de crédito, risco de mercado e governança, entre outras. Cada equipe contribui com sugestões baseadas em seus monitoramentos internos e análises especializadas.

Para a marcação a mercado dos títulos privados, a metodologia consiste em comparar as transações realizadas no mercado secundário (quando disponíveis) com a marcação a mercado em vigor para cada ativo de crédito privado registrado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão e pertencente aos fundos administrados. Essa abordagem visa assegurar uma avaliação transparente e alinhada às práticas de mercado e às normativas vigentes.

Os direitos creditórios são classificados no seguinte grupo:

- **Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios** – quando a Classe adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, enseja a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

- **Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios** – quando a Classe não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

g) Outros ativos

Os valores lançados como outros ativos são contabilizados pelo regime de competência pelo valor original, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

h) Obrigações

As obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

i) Julgamentos e estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que sejam utilizados premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como avaliação dos investimentos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. Ativos financeiros de liquidez

a) Operações compromissadas

Em 30 de junho de 2026 e 2025, a Classe possuía aplicações em operações compromissadas, conforme abaixo:

Tipo Ativo	2026	2025
Notas do Tesouro Nacional	49.408	
Letras do Tesouro Nacional		8.210
Total	**49.408**	**8.210**

No exercício findo em 30 de junho de 2026, foi apurado um resultado de R$ 3.940 (2025 – R$ 839) com operações compromissadas, apresentado na Demonstração dos Resultados na linha "Resultado com operações compromissadas".

5. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios

A Classe adquiriu direitos creditórios registrando-os como sendo com aquisição substancial de riscos e dos benefícios. Tal definição está amparada no capítulo II do §1º do artigo 3º da Instrução CVM nº 489, onde a Classe adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, enseja a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente. Os direitos creditórios registrados com aquisição substancial de risco representam o montante contábil de R$ 187.237.

a) Descrição

Os direitos creditórios pela Classe serão adquiridos integral ou parcialmente, sempre de acordo com a política de investimentos. Tendo em vista a natureza variada dos direitos creditórios passíveis de aquisição pela Classe, a amplitude da política de investimentos e a potencial diversificação de cedentes e devedores, não é possível precisar os processos de origem dos direitos creditórios e as políticas de concessão de crédito adotadas pelos cedentes.

b) Critérios de elegibilidade

A Classe somente poderá adquirir os direitos creditórios que atendam cumulativamente aos seguintes critérios de elegibilidade, a serem verificados e validados pelo gestor de forma individualizada e integral previamente à cessão e na respectiva data de aquisição, de modo que apenas são passíveis de aquisição pela Classe os direitos creditórios que, na data de aquisição: (i) sejam representados em moeda corrente nacional; (ii) a natureza ou característica essencial dos direitos creditórios deverá permitir o seu registro contábil e a sua custódia pelo custodiante, de acordo com os procedimentos operacionais e contábeis praticados pelo custodiante; e (iii) sejam representados por direitos e/ou títulos representativos de crédito, com ou sem garantias reais ou pessoais a eles atreladas, incluindo, sem limitação, duplicatas, debêntures, contratos de locação e contratos mercantis de compra e venda de produtos e/ou mercadorias performados e/ou para entrega ou prestação futura, bem como títulos ou certificados representativos desses contratos, decorrentes de operações nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços.

c) Verificação de lastro dos direitos creditórios

No âmbito das diligências relacionadas à aquisição de Direitos Creditórios caracterizados como direitos e títulos representativos de crédito, conforme referidos na alínea "a" do inciso XII do art. 2º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 175, o Gestor deve verificar a existência, integridade e titularidade do lastro, de forma integral, utilizando modelo estatístico consistente e passível de verificação.

O Gestor pode contratar terceiros para efetuar a verificação do lastro, inclusive a entidade registradora, o Custodiante ou consultoria especializada, caso aplicável, devendo constar do contrato de prestação de serviços as regras e procedimentos aplicáveis à verificação, sendo que o Gestor será responsável pela fiscalização da atuação do agente contratado no tocante à observância às regras e procedimentos aplicáveis à verificação.

d) Composição dos direitos creditórios

Em 30 de junho de 2026 e 2025, a carteira de direitos creditórios estava assim composta:

Por natureza

Tipo ativo	**2026**	**2025**
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	106.393	68.837
Debêntures	51.558	23.522
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	12.676	8.030
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	69	68
Certificados de Recebíveis Imobiliários	5.633	-
Notas Comerciais	10.908	-
Total	**187.237**	**100.457**

Por vencimento

i) Debêntures

Período em dias	**A vencer**	**Vencidos**	**2026**
De 721 a 1.080 dias	6.387	-	6.387
Acima de 1.080 dias	45.171	-	45.171
Total	**51.558**	**-**	**51.558**

Período em dias	**A vencer**	**Vencidos**	**2025**
De 361 a 720 dias	3.134	-	3.134
De 721 a 1.080 dias	1.795	-	1.795
Acima de 1.080 dias	18.593	-	18.593
Total	**23.522**	**-**	**23.522**

ii) Certificados de Recebíveis do Agronegócio

Período em dias	**A vencer**	**Vencidos**	**2026**
De 181 a 360 dias	6.817	-	6.817
Acima de 1.080 dias	5.859	-	5.859
Total	**12.676**	**-**	**12.676**

Período em dias	**A vencer**	**Vencidos**	**2025**
De 151 a 180 dias	4.700	-	4.700
Acima de 1.080 dias	3.330	-	3.330
Total	**8.030**	**-**	**8.030**

iii) Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio

Período em dias	A vencer	Vencidos	2026
Acima de 1.080 dias	69	-	69
Total	**69**	**-**	**69**

Período em dias	A vencer	Vencidos	2025
Acima de 1.080 dias	68	-	68
Total	**68**	**-**	**68**

iv) Certificados de Recebíveis Imobiliários

Período em dias	A vencer	Vencidos	2026
De 181 a 360 dias	703	-	703
Acima de 1.080 dias	4.930	-	4.930
Total	**5.633**	**-**	**5.633**

v) Notas Comerciais

Período em dias	A vencer	Vencidos	2026
Acima de 1.080 dias	10.908	-	10.908
Total	**10.908**	**-**	**10.908**

Concentração dos maiores devedores dos direitos creditórios

i) Cotas de fundos de Investimento em direitos creditórios

Fundo	CNPJ	2026		2025	
		Quantidade de Cotas	Valor Contábil	Quantidade de Cotas	Valor Contábil
MTR Créditos Selecionados II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limita – Sênior	60.327.212/0001-00	15.750,58	20.141	2.758,10	2.872
Oceano Ii Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	63.034.209/0001-96	10.526,00	12.642	-	-
MTR Créditos Selecionados I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada - Sênior 1	55.125.894/0001-38	14.494,33	11.758	12.641,18	15.253
Cloudwalk Bela Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Segmento Meios De Pagamento SR	62.393.679/0001-83	10.626,00	10.700	-	-
SP Selecionados I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada - Sênior 1	54.410.544/0001-50	8.215,67	10.484	8.215,67	10.012
Precatórios Estaduais e Municipais Pulverizados I FI Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada	54.023.881/0001-95	6.277,47	9.886	5.884,83	7.419

Fundo	CNPJ	2026		2025	
		Quantidade de Cotas	Valor Contábil	Quantidade de Cotas	Valor Contábil
Amendoeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada	53.167.853/0001-89	5.140,00	8.412	5.140,00	6.278
Aero Fundo De Investimento em Direitos Creditórios	55.406.636/0001-20	2.959,33	5.272	2.959,33	3.935
MTR Créditos Selecionados II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limita - Subordinada	60.327.212/0001-00	9,61	4.330	1,487	16
Oceano Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Subordinada 2	50.996.316/0001-53	51,27	4.004	51,2677	2.784
IS Sol Agora Green II ESG FIDC Segmento Financeiro de Responsabilidade Limitada - Mezanino 1	53.164.652/0001-28	1.989,00	2.029	1.989,00	2.328
Sol Agora Green III ESG FIDC IS Segmento Financeiro Responsabilidade Limitada - Mezanino 1	58.510.255/0001-84	2.000,00	1.830	2.000,00	2.125
MT Consignado Privado II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada - Sênior 1	58.458.416/0001-38	2.537,00	1.649	2.537,00	2.618
MTR Créditos Selecionados I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada - Subordinada 1	55.125.894/0001-38	2,01	1.287	2,0122	492
Oceano Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Sênior	50.996.316/0001-53	2.563,39	1.117	2.563,39	970
SP Selecionados I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada - Subordinada 1	54.410.544/0001-50	5,40	851	5,4033	191
Vinci Portfolio Crédito III FIC de FIDC de Responsabilidade Limitada	52.348.734/0001-60	-	-	50.851,24	6.350
Ridolfinvest 2 FIDC Não Padronizados - Responsabilidade Limitada - Sênior 5	23.956.961/0001-70	-	-	4.673,89	5.194
Total			**106.393**		**68.837**

Seguem as informações sobre os cinco maiores fundos de investimento em direitos creditórios que compõe a carteira da Classe:

MTR Créditos Selecionados II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada (“MTR Créditos Selecionados II”)

O MTR Créditos Selecionados II iniciou suas atividades em 15 de abril de 2025, constituído sob regime fechado, sob a forma de condomínio de natureza especial fechado, com prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

A gestão da carteira do MTR Créditos Selecionados II é realizada pela Buriti Investimentos Gestora de Recursos Ltda. e a administração pela QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., anteriormente denominada Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O MTR Créditos Selecionados II tem como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos da Classe do Fundo preponderantemente na aquisição de direitos creditórios.

O MTR Créditos Selecionados II é destinada a investidores qualificados.

As demonstrações contábeis do MTR Créditos Selecionados II relativas ao período de 1º de dezembro de 2025 a 31 de março de 2026 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 30 de junho de 2026, sem modificações.

Oceano II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Oceano II")

O Oceano II iniciou suas atividades em 27 de outubro de 2025, constituído na categoria Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, sob a forma de condomínio fechado, em classe única de cotas, com prazo indeterminado de duração.

A gestão da carteira do Oceano II é realizada pela Root Capital Gestão de Recursos Ltda. e a administração pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O Oceano II tem como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos da Classe do Fundo preponderantemente na aquisição de direitos creditórios.

O Oceano II é exclusivamente destinada a investidores profissionais.

As demonstrações financeiras do Oceano II, referentes ao período compreendido entre 27 de outubro de 2025 (data de início das atividades) e 30 de novembro de 2025, não foram submetidas a auditoria independente, tendo em vista que o fundo contava com menos de 90 (noventa) dias de operação até a respectiva data-base.

MTR Créditos Selecionados I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("MTR Créditos Selecionados I")

O MTR Créditos Selecionados I iniciou suas atividades em 22 de maio de 2024 sob a forma de condomínio de natureza especial fechado, com prazo de duração indeterminado.

A gestão da carteira do MTR Créditos Selecionados I é realizada pela Buriti Investimentos Gestora de Recursos Ltda. e a administração pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O MTR Créditos Selecionados I tem como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos da Classe do Fundo preponderantemente na aquisição de direitos creditórios.

O MTR Créditos Selecionados I é exclusivamente destinada a investidores qualificados.

As demonstrações financeiras do MTR Créditos Selecionados I relativas ao exercício social findo em 30 de novembro de 2025 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 2 de março de 2026, sem modificações.

Classe A - Responsabilidade Limitada de Cotas do Cloudwalk Bela Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Segmento Meios de Pagamento ("Cloudwalk Bela")

O Cloudwalk Bela iniciou suas atividades em 2 de setembro de 2025 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. O Fundo criou a Classe A - Responsabilidade Limitada de Cotas do Cloudwalk Bela Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Segmento Meios de Pagamento, estabelecida como responsabilidade limitada dos cotistas, classe única de cotas e quatro subclasses, sendo uma subclasse de cotas seniores, uma subclasse de cotas subordinadas júnior e duas subclasses de cotas subordinadas mezanino.

A gestão da carteira do Cloudwalk Bela é realizada pelo Banco Bradesco S.A. e a administração pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

O objetivo do Cloudwalk Bela é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aquisição, preponderantemente, de direitos creditórios que atendam à política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo descrita no Regulamento.

O Cloudwalk Bela destina-se a investidores profissionais.

As demonstrações contábeis do Cloudwalk Bela relativas ao período de 6 de setembro de 2025 (data da transferência da administração) a 31 de dezembro de 2025 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 31 de março de 2026, sem modificações.

SP Selecionados I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada ("SP Selecionados I")

O SP Selecionados I iniciou suas atividades em 24 de maio de 2024, sob a forma de condomínio de natureza especial fechado, com prazo de duração indeterminado.

A gestão da carteira do SP Selecionados I é realizada pela Buriti Investimentos Gestora de Recursos Ltda. e a administração pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O SP Selecionados I tem como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos da Classe do Fundo preponderantemente na aquisição de direitos creditórios.

O SP Selecionados I é exclusivamente destinada a investidores profissionais.

As demonstrações financeiras do SP Selecionados I relativas ao exercício social findo em 30 de novembro de 2025 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 27 de fevereiro de 2026, sem modificações.

ii) Debêntures

Devedores	2026		2025	
	Valor Justo	% s/ PL	Valor Justo	% s/ PL
Equipav Saneamento S.A.	10.374	4,42%	6.844	6,35%
Samarco Mineração S.A.	15.135	6,45%	6.110	5,67%
Infra BR V Rodovias Holding III S.A.	-	-	3.133	2,91%
Brazil Tower Cessão De Infraestruturas S.A.	3.117	1,33%	3.030	2,81%
Oxymed Comercio e Locação de Equipamentos Médico H	-	-	2.107	1,95%
Allianca Saúde e Participações S.A.	148	0,06%	1.795	1,66%
Vrental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.	414	0,18%	503	0,46%
Cosan S.A.	6.627	2,82%	-	-
OceanPact Serviços Marítimos S.A.	5.590	2,38%	-	-
Gávea Construção e Empreendimentos S.A.	5.133	2,19%	-	-
VERT Companhia Securitizadora	2.851	1,21%	-	-
Raízen S.A.	1.391	0,59%	-	-
Raízen Energia S.A.	403	0,17%	-	-
OPEA Securitizadora S.A.	222	0,09%	-	-
CSN Mineração S.A.	153	0,07%	-	-
Total	**51.558**	**21,97%**	**23.522**	**21,81%**

iii) Certificados de Recebíveis do Agronegócio

Devedores	2026		2025	
	Valor Justo	% s/ PL	Valor Justo	% s/ PL
OPEA Securitizadora S.A.	12.676	5,40%	-	-
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agro	-	-	8.030	7,45%
Total	**12.676**	**5,40%**	**8.030**	**7,45%**

iv) Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio

Devedores	2026		2025	
	Valor Justo	% s/ PL	Valor Justo	% s/ PL
BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.	69	0,03%	68	0,06%
Total	**69**	**0,03%**	**68**	**0,06%**

v) Certificados de Recebíveis Imobiliários

Devedores	2026		2025	
	Valor Justo	% s/ PL	Valor Justo	% s/ PL
VERT Companhia Securitizadora	4.930	2,10%	-	-
OPEA Securitizadora S.A.	703	0,30%	-	-
Total	**5.633**	**2,40%**	**-**	**-**

vi) Notas Comerciais

Devedores	2026		2025	
	Valor Justo	% s/ PL	Valor Justo	% s/ PL
Posidonia Shipping Trading Ltda.	10.908	4,65%	-	-
Total	**10.908**	**4,65%**	**-**	**-**

e) Movimentação dos direitos creditórios

As movimentações dos direitos creditórios nos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025 estão representadas conforme abaixo:

i) Cotas de fundos de Investimento em direitos creditórios

Total em 30 de junho de 2024	**6.408**
Aquisições de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	63.572
Resgates e amortizações de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	(10.123)
Resultado com cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	8.980
Total em 30 de junho de 2025	**68.837**
Aquisições de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	41.253
Resgates e amortizações de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	(25.680)
Resultado com cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	21.983
Total em 30 de junho de 2026	**106.393**

ii) Debêntures

Total em 30 de junho de 2024	**1.506**
Aquisições de debêntures	38.169
Resgates e recebimentos de debêntures	(19.068)
Resultado com debêntures	2.915
Total em 30 de junho de 2025	**23.522**
Aquisições de debêntures	36.880
Resgates e recebimentos de debêntures	(15.094)
Resultado com debêntures	6.250
Total em 30 de junho de 2026	**51.558**

iii) Certificados de Recebíveis do Agronegócio

Total em 30 de junho de 2024	**2.505**
Aquisições de certificados de recebíveis do agronegócio	7.998
Resgates e recebimentos de certificados de recebíveis do agronegócio	(3.461)
Resultado com certificados de recebíveis do agronegócio	988
Total em 30 de junho de 2025	**8.030**
Aquisições de certificados de recebíveis do agronegócio	16.747
Resgates e recebimentos de certificados de recebíveis do agronegócio	(14.300)
Resultado com certificados de recebíveis do agronegócio	2.199
Total em 30 de junho de 2026	**12.676**

iv) Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio

Total em 30 de junho de 2024	**-**
Aquisições de direitos creditórios do agronegócio	65
Resultado com direitos creditórios do agronegócio	3
Total em 30 de junho de 2025	**68**
Aquisições de direitos creditórios do agronegócio	-
Resgates e recebimentos de direitos creditórios do agronegócio	(18)
Resultado com direitos creditórios do agronegócio	19
Total em 30 de junho de 2026	**69**

v) Certificados de Recebíveis Imobiliários

Total em 30 de junho de 2024	**-**
Aquisições de certificados de recebíveis imobiliários	716
Resgates e recebimentos de certificados de recebíveis imobiliários	(733)
Resultado com certificados de recebíveis imobiliários	17
Total em 30 de junho de 2025	**-**
Aquisições de certificados de recebíveis imobiliários	5.612
Resgates e recebimentos de certificados de recebíveis imobiliários	(262)
Resultado com certificados de recebíveis imobiliários	282
Total em 30 de junho de 2026	**5.633**

vi) Notas Comerciais

Total em 30 de junho de 2024	**-**
Aquisições de notas comerciais	-
Resgates e recebimentos de notas comerciais	-
Resultado com notas comerciais	-
Total em 30 de junho de 2025	**-**
Aquisições de notas comerciais	15.079
Resgates e recebimentos de notas comerciais	(5.210)
Resultado com notas comerciais	1.039
Total em 30 de junho de 2026	**10.908**

vii) Letras Financeiras

Total em 30 de junho de 2024	**-**
Aquisições de letras financeiras	1.500
Resgates e recebimentos de letras financeiras	(1.525)
Resultado com letras financeiras	25
Total em 30 de junho de 2025	**-**
Aquisições de letras financeiras	-
Resgates e recebimentos de letras financeiras	-
Resultado com letras financeiras	-
Total em 30 de junho de 2026	**-**

f) Metodologia de precificação

Os ativos são precificados sempre com o desconto a valor presente de seus fluxos de caixa futuros, considerando como taxa de desconto o spread do papel específico sobre curva de referência. A remarcação dos spreads dos títulos de crédito privado é deliberada pelo Comitê de Precificação, o qual possui a atribuição de acompanhar e validar a precificação de títulos privados, levando-se em conta as características intrínsecas do ativo, tais como: *duration*, emissor, indexador e liquidez, assim como aspectos setoriais e de mercado.

g) Taxas praticadas

As taxas praticadas durante o exercício findo em 30 de junho de 2026 e 2025 estão representadas abaixo:

Exercício	Taxa máxima praticada a.a.	Taxa mínima praticada a.a.
2026	12,29%	0,50%
2025	10,76%	2,00%

(*) Acrescido da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros – DI.

h) Recompra de direitos creditórios

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025, não houve recompra de direitos creditórios.

i) Garantias

Em 30 de junho de 2026 e 2025, a Classe não possuía garantias reais ou fidejussórias, pela liquidação dos direitos creditórios.

6. Riscos

Não obstante o emprego pela Administradora e pela Gestora de plena diligência e da boa prática de administração e gestão da Classe, da estrita observância da política de investimento, das regras legais e regulamentares aplicáveis à sua administração e gestão, a Classe estará sujeita aos riscos inerentes aos bens e direitos integrantes de sua Carteira, além dos fatores de risco identificados abaixo.

Riscos de Crédito

(i) Risco de crédito relativo aos Direitos Creditórios. Decorre da capacidade dos Devedores e/ou coobrigados, conforme aplicável, de honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. A Classe sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos Creditórios detidos em Carteira que estejam vencidos e não pagos e do não cumprimento, pelos Devedores e/ou coobrigados, conforme aplicável, de suas obrigações nos termos dos respectivos instrumentos. A Classe somente procederá ao resgate das Cotas em moeda corrente nacional na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos Devedores e/ou coobrigados, conforme aplicável, e desde que os respectivos valores sejam transferidos à Classe, não havendo garantia de que o resgate das Cotas ocorrerá integralmente conforme estabelecido no Regulamento e respectivos Apêndices e demais documentos que o integrem, conforme aplicável. Nessas hipóteses, não será devido pela Classe, pelo Administrador, pelo Gestor, e/ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza. Em caso de instauração de pedido de falência, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores e/ou coobrigados, conforme aplicável, a Classe poderá não receber os pagamentos dos Direitos Creditórios que compõem sua Carteira, o que poderá afetar adversamente os resultados da Classe.

(ii) Risco de crédito decorrente do investimento em Direitos Creditórios vencidos. Consiste no risco dos Direitos Creditórios adquiridos após o respectivo vencimento não serem pagos ou serem quitados parcialmente, em virtude do insucesso das ações de cobrança e/ou de limitações na capacidade financeira dos Devedores. Não é possível garantir em que medida ou em que data os Direitos Creditórios vencidos e não pagos serão adimplidos. O não pagamento, o pagamento parcial, ou mesmo a demora no pagamento de referidos Direitos Creditórios podem provocar perdas à Classe e aos Cotistas.

(iii) Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros de Liquidez. Decorre da capacidade de pagamento dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros de Liquidez e/ou das contrapartes da Classe em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos Ativos Financeiros de Liquidez e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos Ativos Financeiros de Liquidez emitidos por esses emissores, provocando perdas para a Classe e para os Cotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Ativos Financeiros de Liquidez ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira acarretará perdas para a Classe, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos. Além disso, a implementação de outras estratégias de investimento poderá fazer com que a Classe apresente Patrimônio Líquido negativo, caso em que os Cotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos, de forma a possibilitar que a Classe satisfaça suas obrigações.

(iv) Riscos de invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa. Assim, a Classe poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios integrantes da Carteira serem alcançados por obrigações assumidas pelo Cedente e/ou por um Devedor, os recursos decorrentes de seus pagamentos serem bloqueados e/ou redirecionados para pagamentos de outras dívidas por obrigações do Cedente e/ou de um Devedor, inclusive em decorrência de pedidos de intervenção, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, liquidação extrajudicial ou regimes especiais, conforme o caso, do Cedente e/ou de um Devedor, ou em outro procedimento de natureza similar, conforme aplicável. Os Direitos Creditórios adquiridos pela Classe poderão ainda ser afetados e ter seu pagamento prejudicado caso venham a ser propostos ou requeridos pedidos de recuperação judicial, de falência, de liquidação ou de procedimentos de natureza similar contra os Devedores ou, quando houver coobrigação, os Cedentes. Os principais eventos que podem afetar consumar tais riscos consistem: (i) na revogação da cessão dos Direitos Creditórios à Classe na hipótese de falência dos respectivos Cedentes; (ii) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios, constituídas antes da sua cessão à Classe e omitidas por seus respectivos Cedentes ou Devedores; (iii) na penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios; (iv) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelos Cedentes de tais Direitos Creditórios; e/ou (v) na possibilidade de pagamento de apenas parte do valor dos Direitos Creditórios, e em condições diferentes das originalmente pactuadas, em caso de recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou liquidação dos Devedores.

(v) Riscos relacionados aos setores de atuação dos Cedentes. A Classe poderá adquirir, de tempos em tempos, Direitos Creditórios originados por Cedentes distintos, os investimentos da Classe em Direitos Creditórios estarão sujeitos a uma série de fatores de risco peculiares a cada operação de cessão de Direitos Creditórios à Classe, os quais poderão impactar negativamente nos resultados da Classe, inclusive riscos relacionados: (a) aos critérios adotados pelo Cedente para concessão de Direitos Creditórios; (b) aos negócios e a situação patrimonial e financeira dos Devedores; (c) à possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações dos Devedores ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar; (d) a eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da aquisição dos Direitos Creditórios, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos Creditórios cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados; e (e) a eventos específicos com relação à operação de cessão de Direitos Creditórios à Classe que possam dar ensejo ao inadimplemento ou determinar a antecipação ou liquidação dos pagamentos. Além disso, certos Cedentes poderão operar sob regime de concessão ou permissão federal, estando sujeitos à supervisão de autarquias ou agências reguladoras e a regras estabelecidas pelo poder concedente ou permitente, o que poderá impactar significativamente os resultados e o fluxo de caixa dos Cedentes. Adicionalmente, as concessões ou permissões operadas pelos Cedentes têm prazo de vencimento estabelecido, o que poderá implicar na impossibilidade da originação de Direitos Creditórios caso tal prazo não seja prorrogado.

(vi) Risco de pré-pagamento dos Direitos Creditórios. A ocorrência de pré-pagamentos em relação a um ou mais Direitos Creditórios poderá ocasionar perdas à Classe. A ocorrência de pré-pagamentos (pagamento em data anterior àquela originalmente pactuada) de Direitos Creditórios reduz o horizonte original de rendimentos esperados pela Classe de tais Direitos Creditórios, uma vez que o pré-pagamento poderá, se assim permitido pela documentação do Direito Creditório ou, conforme o caso, pela legislação aplicável, ser realizado pelo valor de emissão do Direito Creditório atualizado até a data do pré-pagamento pela taxa de juros pactuada entre os Cedentes e os Devedores de tais Direitos Creditórios, de modo que os juros remuneratórios incidentes desde a data da realização do pré-pagamento até a data de vencimento do respectivo Direito Creditório deixam de ser devidos à Classe.

(vii) Insuficiência dos Critérios de Elegibilidade. Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pela Classe. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência dos Direitos Creditórios que compõem a Carteira depende integralmente, mas não somente, da situação econômico-financeira dos Devedores. Dessa forma, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Devedores.

(viii) Os Cedentes não necessariamente garantem a solvência dos seus respectivos Devedores. Como regra geral, os Cedentes dos Direitos Creditórios não assumirão responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos respectivos Devedores. A Classe sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos pelos Cedentes e/ou pelos respectivos Devedores.

(ix) Inexistência de descrição dos processos de origem dos Direitos Creditórios e das políticas de concessão de crédito pelos Cedentes. Tendo em vista que a Classe buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos Creditórios originados por Cedentes distintos, e que cada Direito Creditório terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, não é possível pré-estabelecer, e, portanto, não está contida no Regulamento descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos Creditórios que serão adquiridos pela Classe, tampouco descrição dos fatores de risco específicos associados a tais processos e políticas. Dessa forma, os Direitos Creditórios que vierem a ser adquiridos pela Classe poderão ser originados com base em políticas de concessão de crédito que não assegurem a ausência de eventuais vícios na sua originação e/ou formalização, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos referidos Direitos Creditórios integrantes da Carteira pela Classe.

(x) Risco associado à ausência de notificação dos Devedores na cessão dos Direitos Creditórios da Classe. Os Devedores dos Direitos Creditórios serão notificados pelo Agente de Cobrança ou pelos próprios Cedentes, conforme o caso, sobre a cessão à Classe dos Direitos Creditórios de que sejam devedores. No entanto, caso a cessão dos Direitos Creditórios à Classe seja realizada sem a respectiva notificação aos Devedores, referida cessão não terá eficácia em relação ao Devedor, nos termos do Art. 290 do Código Civil. Assim sendo, não é possível garantir que os valores devidos à Classe referentes a tais Direitos Creditórios serão devidamente pagos à Classe. Tampouco é possível garantir que, caso o respectivo Devedor realize o pagamento do Direito Creditório ao Devedor ou a credor putativo, tais Direitos Creditórios sejam oponíveis com relação aos seus Devedores.

(xi) Possibilidade de aquisição de Direitos Creditórios cedidos por Cedentes e/ou devidos por Devedores cujas demonstrações financeiras não sejam auditadas. A Classe, desde que sejam respeitados os limites de concentração previstos no Regulamento, poderá manter a qualquer tempo em sua Carteira, Direitos Creditórios cedidos por Cedentes e/ou devidos por Devedores cujas demonstrações financeiras não sejam auditadas por Auditor Independente registrado na CVM. Nesse sentido, não haverá verificação independente sobre tais demonstrações financeiras que afirme se estas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as respectivas posições patrimoniais e financeiras, os resultados de suas operações, as mutações de seus respectivos patrimônios líquidos tampouco as origens e aplicações de seus recursos.

Riscos de Mercado

(i) Efeitos da política econômica do Governo Federal. A Classe, os Ativos Financeiros de Liquidez, os Cedentes, quando aplicável, e os Devedores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial e, consequentemente, na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e Devedores, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros de Liquidez da Classe, bem como a originação e pagamento dos Direitos Creditórios podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais. Além disso, a Classe poderá realizar operações em mercados de derivativos para fins de proteção das posições detidas à vista na Carteira. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio da Classe e a rentabilidade das Cotas. Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e Devedores, bem como a liquidação dos Direitos Creditórios pelos respectivos Devedores.

(ii) Flutuação dos Ativos Financeiros de Liquidez. O valor dos Ativos Financeiros de Liquidez que integram a Carteira pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio da Classe pode ser afetado. Não há garantia de que a queda nos preços dos ativos integrantes da Carteira não irá se estender por períodos longos e/ou indeterminados.

Riscos de Liquidez

(i) Baixa liquidez para os Direitos Creditórios no mercado secundário. O investimento da Classe em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para os Direitos Creditórios. Caso a Classe precise vender os Direitos Creditórios, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos Creditórios poderá refletir essa falta de liquidez, causando perdas à Classe e, por conseguinte, aos seus Cotistas.

(ii) Liquidez relativa aos Ativos Financeiros de Liquidez. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira são negociados, incluindo quaisquer condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, a Classe estará sujeita a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros de Liquidez detidos em Carteira, situação em que a Classe poderá não estar apta a efetuar pagamentos relativos a resgates de suas Cotas e/ou poderá ser obrigado a se desfazer de tais Ativos Financeiros de Liquidez em condições menos favoráveis do que se não houvesse a referida situação de falta de liquidez.

(iii) Liquidação antecipada do Fundo ou da Classe. Observado o disposto no Regulamento, o Fundo ou a Classe poderão ser liquidados antecipadamente, caso ocorra qualquer Evento de Liquidação, ou se assim deliberado pelos Cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas. Por este motivo, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pela Classe, não sendo devida pela Classe, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. Adicionalmente, ocorrendo qualquer uma das hipóteses de liquidação antecipada do Fundo ou da Classe, poderá não haver recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Cotistas, que poderão ser pagos com os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros de Liquidez detidos em Carteira, os quais estão sujeitos aos riscos apontados no item (ii) acima.

(iv) Ausência de classificação de risco das Cotas e Política de Investimentos genérica. A ausência de requisitos rígidos relacionados aos Direitos Creditórios passíveis de aquisição pela Classe poderá dificultar a definição do perfil de risco da Carteira, afetando a capacidade de o Cotista avaliar o risco de seu investimento. As Cotas não possuem classificação de risco emitida por Agência Classificadora de Risco. Esses fatores podem dificultar a avaliação, por parte dos investidores, da qualidade do crédito representado pelas Cotas e com a capacidade da Classe em honrar com os pagamentos das Cotas.

(v) Originação dos Direitos Creditórios. A existência da Classe está condicionada (a) à sua capacidade de encontrar Direitos Creditórios que sejam elegíveis nos termos no Regulamento, em volume e taxa suficientes para possibilitar a remuneração das Cotas, conforme o caso; e (b) ao interesse dos Cedentes em ceder Direitos Creditórios à Classe.

Riscos Operacionais

(i) Falhas de Cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos de titularidade da Classe depende da atuação diligente do Agente de Cobrança. Qualquer falha de procedimento ou ineficiência do Agente de Cobrança poderá acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores, levando à queda da rentabilidade da Classe. Adicionalmente, nada garante que a cobrança judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos levará à recuperação total dos Direitos Creditórios Inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais à Classe e aos Cotistas.

(ii) Documentos Comprobatórios. O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios de titularidade da Classe. O descumprimento do dever de guarda e conservação poderá obstar o pleno exercício pela Classe das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A verificação do lastro dos Direitos Creditórios pelo Gestor é realizada de forma prévia a cessão dos Direitos Creditórios à Classe, de modo que a Carteira poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pela Classe, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Os Documentos Comprobatórios serão mantidos em uma única via, inexistindo cópias de segurança, de modo que, na hipótese de seu extravio ou destruição, a Classe poderá ter dificuldades para comprovar, perante os Devedores e/ou ao judiciário, a existência dos Direitos Creditórios aos quais se referem. O Custodiante, o Administrador e o Gestor não são responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pela Classe em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios decorrentes do extravio ou destruição dos referidos Documentos Comprobatórios, exceto em caso de dolo ou culpa.

(iii) Inexistência de processos de cobrança pré-estabelecidos. A Classe poderá contratar um ou mais Agentes de Cobrança e/ou assessores legais para a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos e estabelecer diferentes estratégias para a cobrança dos Direitos Creditórios. Dessa forma, não é possível pré-estabelecer e, portanto, não está contida no Regulamento, descrição de processo de cobrança dos Direitos Creditórios, o qual será acordado caso a caso entre a Classe e o Agente de Cobrança, de acordo com a natureza e as características específicas de cada Direito Creditório. Além disso, não é possível assegurar que os procedimentos de cobrança dos Direitos Creditórios a vencer ou dos Direitos Creditórios Inadimplidos garantirão o recebimento pontual e/ou integral dos pagamentos referentes aos Direitos Creditórios. Adicionalmente, a Classe, o Administrador, o Gestor, o Custodiante, e os demais prestadores de serviço contratados pela Classe não assumem qualquer responsabilidade pelo cumprimento, pelo Agente de Cobrança, de suas obrigações de cobrança dos Direitos Creditórios, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com a Classe.

(iv) Risco de sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em Direitos Creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Custodiante, do Administrador, do Gestor, da Classe e, quando aplicável, dos Cedentes, dos Devedores e/ou coobrigados, conforme aplicável, se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos Creditórios poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho da Classe.

(v) Risco de Fungibilidade. Em seu curso normal, os Direitos Creditórios a serem adquiridos pela Classe serão cobrados pelo Custodiante e/ou pelo Agente de Cobrança e pagos diretamente na Conta da Classe ou em Conta Vinculada de titularidade do Cedente. Recursos eventualmente recebidos em outras contas, por equívoco, devem ser devidamente repassados à Classe. Desse modo, eventualmente, uma vez que os valores referentes aos Direitos Creditórios poderão transitar por contas bancárias de outra instituição, até o seu recebimento pela Classe, há o risco de que tais recursos não sejam repassados à Classe nos prazos estabelecidos no Regulamento, por razão, exemplificativamente, de intervenção administrativa, erros operacionais, indisponibilidade de recursos, ou, ainda, em decorrência, ações judiciais, pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar. Apesar da obrigação dos Cedentes de, quando os recursos forem equivocadamente depositados em contas de sua titularidade, realizarem as transferências de tais recursos para a Conta da Classe, a rentabilidade das Cotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo à Classe e aos Cotistas, caso haja inadimplemento pelos Cedentes ou Devedores, no cumprimento de sua referida obrigação, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta da Classe.

(vi) Risco de conciliação de recursos recebidos extra cobrança. Existe a possibilidade de chegada de recursos em contas de cobrança da Classe por outros meios de pagamento que não a cobrança bancária. Atrasos nessa conciliação em razão de dificuldades de identificação dos recursos pode afetar adversamente o Patrimônio Líquido causando prejuízo à Classe e aos Cotistas.

Outros Riscos

(i) Cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios. No caso de os Devedores inadimplirem as obrigações dos pagamentos dos Direitos Creditórios de titularidade da Classe, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Neste caso, além da Classe incorrer em maiores custos relacionados à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nada garante que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, qual seja, a recuperação do valor integral dos Direitos Creditórios Inadimplidos. Nesta hipótese, a rentabilidade da Classe será afetada negativamente.

(ii) Os Documentos Comprobatórios não necessariamente são títulos executivos extrajudiciais. A cobrança judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, por via não executiva, normalmente é mais demorada do que uma ação executiva. A cobrança por via ordinária e/ou monitória impõe ao credor a obrigação de obter, em caráter definitivo, um título executivo reconhecendo a existência do crédito e seu inadimplemento, para que tenha início a fase de execução de sentença. A demora na cobrança pelas vias ordinárias acarreta o risco de os Devedores, devedores dos Direitos Creditórios Inadimplidos, não mais possuírem patrimônio suficiente para honrar suas obrigações à época em que processo de cobrança for concluído.

(iii) Risco de concentração. O risco da aplicação na Classe possui forte correlação com a concentração da Carteira, sendo que, quanto maior for a concentração da Carteira, maior será a chance de a Classe sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas. A Classe não possui limite de concentração por Devedor ou originador dos Direitos Creditórios, exceto por aqueles previstos no Regulamento, razão pela qual a Classe poderá estar exposto a significativa concentração por Devedor. Não é possível garantir que os limites de concentração contidos na Política de Investimentos, ainda que atendidos, serão suficientes que o Patrimônio Líquido não sofra perdas que possam afetar a rentabilidade das Cotas.

(iv) Possibilidade de conflito de interesses entre a Classe e o Agente de Cobrança. O Agente de Cobrança eventualmente possui ou pode vir a possuir relacionamento comercial com os Cedentes e/ou Devedores, de modo que, em determinadas circunstâncias seus interesses podem ser conflitantes com os interesses da Classe. Não é possível garantir que, materializada uma situação de conflito de interesses conforme descrita acima, o Agente de Cobrança exponha-a adequadamente ao Administrador e/ou aos Cotistas, ou que o faça absolutamente, tampouco que agirá no melhor no interesse da Classe. Nesses casos, a Classe pode vir a adquirir Direitos Creditórios ou pode vir a ter seus Direitos Creditórios Inadimplidos pagos em condições comparativamente menos vantajosas àquelas que seriam verificadas na ausência de tais conflitos de interesses. Nesses casos, o Patrimônio Líquido pode ser afetado adversamente.

(v) Possibilidade de conflito de interesses entre Cotistas. As Cotas poderão ser adquiridas por investidores que sejam sociedades coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, dos Devedores. Nessa hipótese, poderá haver situações em que haja conflito entre os interesses dessas sociedades e o interesse dos demais Cotistas, podendo qualquer dessas sociedades, inclusive, aprovar deliberações contrárias aos interesses dos demais Cotistas caso sejam titulares da maioria das Cotas presentes às Assembleias Gerais.

(vi) Risco de ausência de registro dos Contratos de Cessão ou termos de cessão. para que o Contrato de Cessão e/ou seus respectivos termos de cessão possuam efeitos perante terceiros eles devem, necessariamente, ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos do domicílio do Cedente e do cessionário. O Contrato de Cessão e os termos de cessão poderão não ser levados a registro nos referidos cartórios do domicílio da Classe e dos Cedentes, o que irá ocasionar a ineficácia de tais cessões em relação a terceiros. A não realização do registro poderá impossibilitar a Classe de cobrar ou recuperar os Direitos Creditórios em determinadas situações, como, por exemplo, nos casos de dupla cessão, constrição judicial e falência ou liquidação extrajudicial dos Cedentes. Eventuais questionamentos à eficácia da cessão dos Direitos Creditórios poderão acarretar perdas à Classe e aos Cotistas.

(vii) Risco de descontinuidade. Os Devedores podem, nos termos dos instrumentos por meio dos quais foram constituídos os respectivos Direitos Creditórios, possuir o direito de proceder ao pagamento antecipado de tais Direitos Creditórios. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pela Classe, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento. O Regulamento estabelece algumas hipóteses nas quais os Cotistas, reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, poderão optar pela liquidação antecipada do Fundo ou da Classe, além de outras hipóteses em que o resgate das Cotas, conforme o caso, poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros de Liquidez. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros de Liquidez recebidos quando do vencimento antecipado da Classe ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Devedores dos Direitos Creditórios.

(viii) Riscos e custos de cobrança. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da Carteira e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade da Classe, sempre observado o que seja deliberado pelos Cotistas em Assembleia de Cotistas. Caso a Classe não disponha de recursos suficientes, o Administrador, o Gestor, o Custodiante e/ou quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, seja em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos. O ingresso em juízo submete, ainda, a Classe à discricionariedade e ao convencimento dos julgadores das ações.

(ix) Limitação do gerenciamento de riscos. A realização de investimentos na Classe expõe o investidor a riscos a que a Classe está sujeita, os quais poderão acarretar perdas para os Cotistas. Não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e para os Cotistas. Em condições adversas de mercado, esses sistemas de gerenciamento de riscos poderão ter sua eficiência reduzida.

(x) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da Carteira serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros de Liquidez (mark-to-market), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira, resultando em aumento ou redução do valor das Cotas.

(xi) Inexistência de garantia de rentabilidade. O Administrador, o Custodiante, a Consultora e o Gestor não garantem nem se responsabilizam pela rentabilidade da Classe. Caso os ativos da Classe, incluindo os Direitos Creditórios, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas, a rentabilidade das Cotas poderá ser reduzida, inexistente ou, ainda, negativa. Dessa forma, existe a possibilidade de a Classe não possuir caixa suficiente para pagamento de suas despesas, caso em que os Cotistas poderão ser chamados para realizar novos aportes na Classe. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou à própria Classe, não representam garantia de rentabilidade futura.

(xii) Risco de descaracterização do regime tributário aplicável à Classe. O Gestor buscará, em regime de melhores esforços, compor a Carteira com, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de Direitos Creditórios que atendam aos requisitos da Resolução CMN 5.111, que permita ao fundo a sua classificação tributária como um fundo de investimento em direitos creditórios. Todavia, não é possível garantir que tais ativos serão efetivamente adquiridos e, portanto, não há garantia de que a Classe se sujeite ao Regime Tributário dos Fundos Não Sujeitos à Tributação Periódico previsto na Lei 14.754/23.

(xiii) Risco de intervenção ou liquidação judicial do Administrador. A Classe está sujeita ao risco dos efeitos de decretação de intervenção ou de liquidação judicial do Administrador e/ou do Custodiante, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, conforme alterada.

(xiv) Possibilidade de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória. A Classe também poderá estar sujeito a outros riscos, exógenos ao controle do Administrador ou dos demais prestadores de serviços da Classe, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos Creditórios para a Classe. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos Creditórios à Classe poderá ser interrompido, podendo desta forma comprometer a continuidade da Classe e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os Direitos Creditórios já integrantes da Carteira podem ter sua validade questionada, podendo acarretar, desta forma, prejuízos aos Cotistas.

(xv) Risco de governança. Caso a Classe venha a emitir novas Cotas, seja mediante deliberação em Assembleia de Cotistas e/ou por ato unilateral do Administrador, a proporção da participação então detida pelos Cotistas na Classe poderá ser alterada de modo que os novos Cotistas podem modificar a relação de poderes para aprovação de alterações ao Regulamento e demais matérias de competência da Assembleia Geral de Cotistas.

(xvi) Risco Regulatório e Judicial. Eventuais alterações ou novas normas ou leis aplicáveis à Classe, seus ativos e a eventuais fundos investidos, incluindo, mas não se limitando àquelas referentes a tributos, bem como decisões judiciais ou jurisprudência aplicando as regulamentações existentes ou interpretando novas regulamentações, podem causar um efeito adverso relevante no preço dos ativos e/ou na performance das posições financeiras adquiridas pela Classe e/ou pelos fundos Investidos. Ainda, nesse sentido, poderão ocorrer interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores na regulação dos mercados, bem como alterações das políticas monetária e cambial. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das Cotas.

(xvii) Ausência de garantia. As aplicações realizadas na Classe não contam com garantia do Cedente, do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou da Classe Garantidor de Créditos – FGC, de modo que é possível a perda total do capital investido pelos Cotistas ou mesmo a necessidade de os Cotistas realizarem aportes adicionais de recursos para a cobertura de eventuais prejuízos.

(xviii) Patrimônio Líquido negativo. Os investimentos da Classe estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, sendo que não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e para os Cotistas. Além disso, as estratégias de investimento adotadas pela Classe poderão fazer com que a Classe apresente Patrimônio Líquido negativo, caso em que os Cotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos, de forma a possibilitar que a Classe satisfaça suas obrigações.

A Classe também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros de Liquidez, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável à Classe, os quais poderão causar prejuízos para a Classe e para os Cotistas.

7. Instrumentos financeiros derivativos

A Classe poderá utilizar instrumentos derivativos, desde que com o objetivo de proteção patrimonial, ou, desde que não resulte em exposição à risco de capital, conforme definida no inciso xxiv do art. 3º da parte geral da resolução CVM 175, e/ou troca de indexador a que os ativos estão indexados.

Durante os exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025, a Classe não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuía tais operações em aberto na data base.

8. Evolução do valor da cota e rentabilidade

Os valores das cotas e a rentabilidade proporcionada pela Classe, baseada na variação no valor das cotas no encerramento do exercício, são demonstrados como se segue:

	Evolução do valor da cota e da rentabilidade	
Exercício	**Valor da Cota R$ (*)**	**Rentabilidade % (*)**
2026	1,4261	20,35%
2025	1,1850	18,31%

(*) Valor da cota e rentabilidade calculados com base no último dia útil do mês.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

9. Emissão, resgate e amortizações

Emissão

As cotas são escriturais, nominativas e correspondem a frações ideais do patrimônio da Classe. A propriedade das cotas presume-se pelo registro do nome do cotista no livro de registro de cotistas ou pelos controles de titularidade mantidos pelo depositário central. As cotas têm seu valor unitário calculado e divulgado diariamente (em todo dia útil) para definição de seu valor de aplicação e resgate. Cada cota confere direito de voto nas assembleias gerais (1 voto por cota), e os direitos dos titulares são pari passu entre si, sem qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação. Na primeira data de aplicação, as cotas terão o valor unitário inicial, e posteriormente seu valor será calculado pela divisão do patrimônio líquido pelo número de cotas em circulação.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2026 foram integralizadas 79.200.755,1282 cotas no montante total de R$ 103.936 (2025 – 59.936.872,5661 cotas, no montante total de R$ 65.079). O saldo referente a cotas a emitir em 30 de junho de 2026 era de R$ 498 (2025 – não havia saldo).

Resgates

Os resgates de cotas estão sujeitos a regras específicas. A data de conversão de cotas para fins de resgate corresponde ao 359º dia corrido contado da data do pedido de resgate (d+359), com pagamento no 1º dia útil após a data de conversão. Os pedidos de resgate só podem ser formalizados no último dia útil dos meses de março, junho, setembro e dezembro, e devem ser solicitados por quantidade de cotas. Há um limite de 50% da quantidade de cotas para resgates parciais, sendo que pedidos entre 50% e 100% são automaticamente cancelados. Para resgates de 100% das cotas, a conversão ocorre em duas parcelas: 50% na data de conversão e os outros 50% após um trimestre. Quando a data de pagamento cair em dia não útil, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2026 foram resgatadas 5.641.805,7966 cotas, no montante total de R$ 7.806 (2025 – não houve resgates de cotas na Classe).

Amortização

A distribuição de ganhos e rendimentos do fundo aos cotistas é feita exclusivamente mediante o resgate de cotas.

Durante os exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 2025 não houve amortizações de cotas na Classe.

10. Negociação de cotas

As cotas não podem ser negociadas, exceto nas hipóteses previstas em seu regulamento.

11. Remuneração da Administração e Gestão

Taxa de administração e gestão

A taxa de administração para a Classe é de 0,20% (zero vírgula vinte por cento) ao ano aplicado sobre o patrimônio líquido, com valor mínimo de R$ 10 mensais do 1º ao 6º mês e R$ 15 a partir do 7º mês, contados a partir da primeira aplicação de cotas, sendo este valor mínimo atualizado anualmente pela variação positiva do IGP-M.

A taxa de gestão para a Classe é de 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) ao ano aplicado sobre o patrimônio líquido.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2026 foi registrada a importância de R$ 2.803 a título de taxa de administração e gestão, apresentada na demonstração dos resultados em "Despesa de Taxa de Administração e Gestão" (2025 – R$ 1.118). O saldo a pagar à Administradora e à Gestora em 30 de junho de 2026 é de R$ 326 (2025 – R$ 141).

Taxa de Performance

A taxa de performance é de 20% (vinte por cento) da valorização do valor unitário das cotas que exceder 100% (cem por cento) da taxa DI, já deduzidos os demais encargos, inclusive a taxa de administração. A taxa de performance é calculada e provisionada diariamente, sendo apurada no último dia útil dos meses de junho e dezembro de cada ano e paga em até 10 dias úteis após a apuração. Em caso de resgate parcial ou total de cotas, a taxa de performance é cobrada até o 5º dia útil do mês subsequente à data de cotização do resgate.

É vedada a cobrança quando o valor unitário das cotas for inferior à cota base.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2026 foi registrada a importância de R$ 2.025 a título de taxa de performance, apresentada na demonstração dos resultados em “Despesa de Taxa de Performance” (2025 – R$ 976). O saldo a pagar à Gestora em 30 de junho de 2026 é de R$ 1.107 (2025 – R$ 699).

Taxa Máxima de Distribuição

A Taxa Máxima de Distribuição a ser cobrada da Classe e paga a distribuidores equivale a 0,12% (doze décimos por cento) ao ano aplicada sobre o Patrimônio Líquido. A Taxa Máxima de Distribuição será calculada e provisionada todo Dia Útil à razão de 1/252 com base no valor do Patrimônio Líquido do Dia Útil anterior e paga mensalmente ao Distribuidor, por período vencido, no quinto Dia Útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a partir do mês em que ocorrer a primeira aplicação de Cotas da Classe.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2026 foi registrada despesa com taxa de distribuição no montante de R$ 46 (2025 – R$ 5). O saldo a pagar a título de taxa de distribuição em 30 de junho de 2026 era de R$ 6 (2025 – R$ 1).

Taxa de Ingresso e Saída

Não serão cobradas taxas de ingresso e/ou saída.

12. Custódia dos ativos da Classe

As operações compromissadas são custodiadas junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

As cotas de fundos de investimento são escriturais e seu controle é mantido pelos seus respectivos Administradores.

As debêntures, os certificados de recebíveis do agronegócio, os certificados de direitos creditórios do agronegócio, os certificados de recebíveis imobiliários e as notas comerciais estão registrados e custodiados em conta própria do Fundo, na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

13. Encargos

As despesas debitadas na Classe em relação ao patrimônio líquido médio estão demonstradas como segue:

	2026		2025	
Encargos	**R$ Mil**	**%**	**R$ Mil**	**%**
Despesa de taxa de administração e gestão	2.803	1,68%	1.118	1,72%
Despesas com taxa de performance	2.025	1,22%	976	1,50%
Despesas de taxa de fiscalização - CVM	22	0,01%	3	0,00%
Despesas de taxa de custódia	18	0,01%	11	0,02%
Despesas de distribuição	46	0,03%	5	0,01%
Despesas de consultoria e auditoria	76	0,05%	-	-
Despesa de consultoria jurídica	-	-	-	-
Outras	-	0,00%	11	0,02%
Total	4.990	3,00%	2.124	3,26%
PL médio do exercício	166.474		65.085	

14. Relatório de risco – Rating

As Cotas não serão classificadas por Agência Classificadora de Risco em funcionamento no País, uma vez que a Classe não será destinada ao público em geral.

15. Serviços de gestão, custódia, tesouraria e outros serviços contratados

A Administradora contratou para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos as seguintes instituições:

Descrição	**Prestador do Serviço**
Gestão da carteira	Root Capital Gestão de Recursos Ltda.
Administração, tesouraria, escrituração e controladoria da carteira	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.
Custódia	Banco BTG Pactual S.A.

16. Tributação

A Lei 14.754, de 12 de dezembro de 2023, alterou as regras de tributação de aplicações em fundos de investimento no Brasil, dispondo a sistemática de tributação periódica (Come-Cotas) para os fundos fechados. Tais alterações entraram em vigor a partir de 1° de janeiro de 2024.

Quando os fundos forem enquadrados como não entidade de investimento, ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF no último dia útil dos meses de maio e novembro ou na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, caso ocorra antes, sob a alíquota de 15% (quinze por cento).

Quando os fundos forem enquadrados como entidades de investimento, ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas.

Conforme disposto na Resolução CMN nº 5.111 de 21 de dezembro de 2023 e na Lei 14.754, serão enquadrados como entidades de investimento os Fundos que: (i) captem recursos de um ou mais investidores para investir em um ou mais ativos; (ii) sejam geridos, discricionariamente, por agentes ou prestadores de serviços profissionais, devidamente habilitados e autorizados para o exercício dessa atividade, quando exigido pela legislação; e (iii) definam nos seus regulamentos e nos demais documentos constitutivos, quando houver, estratégias a serem utilizadas para a geração de retorno ao investidor, consistindo em uma ou mais das seguintes estratégias:

i investimento e desinvestimento dos ativos que compõem a carteira do fundo, observada a estratégia, as condições de mercado e, quando aplicável, o prazo nela estabelecido de forma a maximizar o retorno para os cotistas;

ii investimento e manutenção, no todo ou em parte, dos ativos que compõem a carteira do fundo de acordo com sua política de investimentos até a liquidação de tais ativos, por meio de seu pagamento ou de qualquer forma de negociação de tais ativos ou até a liquidação do fundo, objetivando retorno na forma de apreciação do capital, renda ou ambos;

iii investimento e manutenção dos ativos que compõem a carteira do fundo, sem prazo definido para liquidação ou desinvestimento, buscando a apreciação do capital investido e a realização de retorno por meio de resgate ou de amortização de cotas ou de mecanismos que assegurem a negociação de cotas no mercado secundário.

Em 30 de junho de 2026, a Administradora do Fundo, com base na nova legislação, avaliou e classificou o Fundo como “Entidade de Investimento”.

17. Informações adicionais

a) Resolução CVM nº 162 de 13 de julho de 2022

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, informamos que a Classe, no exercício findo em 30 de junho de 2026, somente contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda . para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço à Classe.

É adotada como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender as regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência, inclusive com os princípios internacionais os quais incluem, dentre outros, os seguintes: (a) O auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) O auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) O auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que os mesmos não afetem as regras de independência estabelecidas.

b) Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a Administração da Classe.

c) Política de divulgação das informações

As informações obrigatórias relativas à Classe estão disponíveis na sede da Administradora assim como junto à CVM.

d) Partes relacionadas

A Classe possui investimentos em cotas de fundos de investimento que possuem suas carteiras geridas pelo mesmo gestor, Root Capital Gestão de Recursos Ltda.. Além disso, são consideras transações com partes relacionadas as divulgações presentadas nas notas explicativas nº 11 e 13.

e) Atos societários

Em Assembleia Especial de Cotistas realizada por meio de Consulta Formal enviada aos cotistas em 29 de maio de 2025 e encerrada em 16 de junho de 2025, conforme Termo de Apuração datado de 18 de junho de 2025, foram aprovadas alterações no Regulamento da Classe.

As alterações aprovadas contemplaram a alteração do item 5.6 do Anexo I ao Regulamento, que trata da aplicação e resgate de cotas, para prever que, na aplicação em cotas da Classe, deve ser utilizado o valor unitário relativo ao Dia Útil subsequente ao da efetiva disponibilidade dos recursos para a Administradora, desde que respeitado o horário máximo fixado pela Administradora.

Na mesma Consulta Formal, foi aprovada a inclusão do item 5.15 no Anexo I ao Regulamento, para prever que as cotas da Classe não serão objeto de classificação de risco por agência classificadora de risco, bem como a alteração do item 1.1 da Parte Geral do Regulamento, relativo ao foro aplicável, passando a constar o foro central da comarca da capital do Estado do Rio de Janeiro. As deliberações aprovadas passaram a produzir efeitos no fechamento de 20 de junho de 2025.

No exercício findo em 30 de junho de 2026, não houve deliberações aprovadas pelos cotistas que resultassem em alterações no Regulamento, na estrutura da Classe, em sua política de investimentos, nos prestadores de serviços ou em outros aspectos que impactassem estas demonstrações financeiras.

f) Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos e/ou transações desde 30 de junho de 2026 até a data de emissão destas demonstrações financeiras, que requeressem ajustes e/ou divulgações adicionais em notas explicativas.

* * *

Gustavo Cotta Piersanti
Diretor
CPF: 016.697.087-56

Larissa Santos da Silva
Contadora
CRC: 1SP-347101/O-1